



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei
Complementar nº 18/2013

Altera a remuneração da carreira de Procurador do Estado para a forma de subsídio e dá outras providências.

Art. 1º Os cargos de provimento em comissão de que tratam os arts. 16 e 17 da Lei nº 16.840, de 28 de junho de 2011, e o cargo de que trata o inciso III do art. 6º da Lei nº 17.522, de 15 de março de 2013, relativos às atividades de direção, chefia e assessoramento no âmbito da Procuradoria Geral do Estado – PGE, ficam transformados nas funções específicas abaixo, que passam a ser remuneradas de forma reduzida, nos termos desta Lei:

- I – Corregedor-Geral da Procuradoria Geral do Estado;
- II – Subprocurador-Geral para Assuntos Institucionais;
- III – Subprocurador-Geral para Assuntos Jurídicos;
- IV – Procuradores-Chefe perante os Tribunais Superiores;
- V – Procuradores-Chefe de Procuradoria Especializada;
- VI – Procuradores-Chefe de Coordenadoria;
- VII – Procuradores-Chefe de Procuradoria Regional;
- VIII – Procuradores-Chefe de Núcleo Jurídico da Administração;

IX – Procuradores-Assessor do Gabinete do Procurador-Geral;

X – Procurador-Tesoureiro do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado;

XI – Procuradores-Conselheiros do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado do Paraná.

§ 1º Os ocupantes das funções serão designados pelo Procurador-Geral do Estado, observada a estrutura organizacional da PGE.

§ 2º A função de Corregedor-Geral da PGE será exercida por Procurador do Estado ocupante de uma das duas classes mais elevadas da carreira, com, no mínimo, dez anos de efetivo exercício na carreira, dentre os integrantes de lista tríplice a ser elaborada pelo Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

§ 3º As atribuições das funções previstas nos incisos II e III deste artigo dar-se-ão por delegação do Procurador-Geral do Estado, mediante ato específico.

Art. 2º Fica instituída, conforme exigido pelo art. 135 da Constituição da República, a remuneração na forma de subsídio para os integrantes da carreira típica de Estado, de Procurador do Estado do Paraná, vedado o acréscimo de quaisquer outras verbas salvo as estabelecidas no art. 3º desta Lei.

Parágrafo único. Estão compreendidas no regime de subsídio, e por ele extintas, as seguintes verbas do regime remuneratório anterior:

I – vencimento básico;

II – adicional por tempo de serviço anterior à Emenda Constitucional nº 19;

III – adicional por tempo de serviço;

IV – gratificação de representação;

V – gratificação de prêmio de produtividade;

- VI – vantagem pessoal;
- VII – gratificação fixa de cargo de provimento em comissão;
- VIII – gratificação prevista no Decreto nº 3.105, de 6 de maio de 1997;
- IX – representação de gabinete DAS;
- X – gratificação de representação tipo II;
- XI – gratificação prevista na Lei nº 7.074, de 2 de janeiro de 1979;
- XII – diferença de vencimentos Ministério Público-Tribunal de Contas;
- XIII – diferença de remuneração da Lei nº 14.554, de 6 de dezembro de 2004;
- XIV – função gratificada incorporada a proventos de aposentadoria e pensões.

Art. 3º O subsídio instituído por esta Lei não exclui o direito à percepção das seguintes verbas:

- I – décimo terceiro salário, na forma do inciso IV do art. 34 da Constituição Estadual;
 - II – férias, na forma do inciso X do art. 34 da Constituição Estadual;
 - III – diárias, na forma da legislação em vigor;
 - IV – retribuição pelo exercício das funções previstas no art. 1º desta Lei, bem como pelo exercício de funções de Direção, Chefia e assessoramento em outros órgãos da Administração Pública;
 - V – ajuda de custo por remoção, de ofício ou a pedido, na forma da legislação em vigor;
 - VI – substituições, nos casos de afastamentos legais dos titulares das funções;
-

VII – abono permanência;

VIII – indenização pela utilização de veículo particular no exercício do cargo público;

IX – diferença de subsídio, na forma do art. 10 desta Lei;

X – ajuda de custo pelo exercício permanente das funções fora dos limites do Estado do Paraná;

XI – demais verbas de caráter indenizatório.

§ 1º A verba prevista no inciso IV deste artigo será paga nos seguintes percentuais:

a) sete e meio por cento do maior subsídio da carreira de Procurador do Estado aos Procuradores do Estado que exercerem as funções de Corregedor-Geral e Subprocuradores-Gerais;

b) sete por cento do maior subsídio da carreira de Procurador do Estado aos Procuradores do Estado que exercerem as funções previstas nos incisos IV a X do art. 1º desta Lei.

§ 2º A verba prevista no inciso XI do art. 1º desta Lei será de três e meio por cento do maior subsídio da carreira de Procurador do Estado.

§ 3º As verbas previstas neste artigo ainda não regulamentadas serão objeto de decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º O subsídio devido ao Procurador-Geral do Estado do Paraná, quando integrante da carreira de Procurador do Estado do Paraná, equivale ao maior subsídio da carreira, acrescido de retribuição de direção superior equivalente a oito por cento do respectivo subsídio.

Parágrafo único. O Diretor-Geral e o Chefe de Gabinete da PGE, quando integrantes da carreira de Procurador do Estado do Paraná, receberão a verba prevista no § 1º, alínea “a”, do art. 3º desta Lei.

Art. 5º Fica extinto o pagamento de prêmio de produtividade aos Procuradores do Estado, passando o art. 2º da Lei nº 14.234, de 26 de novembro de 2003, a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná tem por finalidade suprir de forma suplementar a Procuradoria Geral do Estado com os recursos financeiros necessários para cumprir a sua política institucional, e, em especial, fomentar a arrecadação da dívida ativa, a capacitação de Procuradores do Estado e demais servidores lotados na Procuradoria Geral do Estado, promover ressarcimentos e indenizações, com as seguintes despesas:

I – de custeio, tais como material de consumo, serviços de terceiros, diárias, passagens, despesas com locomoção, entre outras;

II – de capital, tais como investimento em obras públicas, equipamentos e instalações, material permanente, inversões financeiras, entre outras.

Parágrafo único. O Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado poderá aplicar em despesas de custeio até setenta por cento dos recursos arrecadados.”

Art. 6º O art. 8º da Lei nº 14.234, de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º O Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná será dotado de autonomia de gestão e escrituração contábil própria, sendo seu Presidente o representante legal, e o Tesoureiro o ordenador das despesas.”

Art. 7º Os valores dos subsídios dos integrantes da carreira de Procurador do Estado são aqueles previstos nas tabelas I, II e III do Anexo desta Lei, respectivamente para os anos de 2013, 2014 e 2015.

Parágrafo único. As Tabelas II e III serão implantadas no dia 1º de maio do respectivo ano.

Art. 8º Até que sejam implantados os valores do subsídio referentes a 2015, o subsídio do Procurador do Estado será estruturado em seis referências para cada classe conforme Tabelas I e II do Anexo desta Lei.

§ 1º O Procurador do Estado fará jus ao subsídio correspondente à sua classe e referência, obedecendo a seguinte regra:

I – na referência “A”, os Procuradores do Estado com menos de cinco anos de serviço público efetivo prestado ao Estado do Paraná;

II – cada referência seguinte corresponde a cinco anos de serviço público prestado ao Estado do Paraná, limitados à referência “F”.

§ 2º O enquadramento dos Procuradores do Estado ativos será realizado pelo Grupo de Recursos Humanos Setorial da PGE.

§ 3º O enquadramento dos Procuradores do Estado inativos e pensionistas será realizado pelo ParanaPrevidência, por intermédio de suas unidades administrativas competentes, respeitadas as respectivas regras de aposentação, inclusive quanto à proporcionalidade, na fixação de proventos ou pensões.

Art. 9º Somente a partir do exercício de 2016 o subsídio dos Procuradores do Estado será objeto de revisão geral anual concedida aos demais servidores estaduais.

Parágrafo único. A recomposição dos valores dos subsídios e das verbas previstas nos §§ 1º e 2º do art. 3º e do art. 4º e seu parágrafo único desta Lei dar-se-á por meio de lei ordinária, observado como parâmetro o teto remuneratório previsto na Constituição da República.

Art. 10. É assegurado aos Procuradores do Estado o direito à percepção do valor correspondente à diferença entre o subsídio fixado por esta Lei e as verbas remuneratórias devidas aos mesmos no mês de agosto do corrente ano, excluídos cargos em comissão e cotas que não são pagas indistintamente a todos.

§ 1º A diferença de subsídio de que trata este artigo será paga como verba de natureza provisória, em código de vantagem específico, e será gradativamente absorvida com a revisão dos valores dos subsídios.

§ 2º A parcela correspondente à diferença de subsídio não estará sujeita a reajustes ou à revisão geral anual.

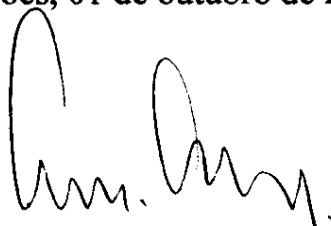
Art. 11. As alterações decorrentes desta Lei são condicionadas ao atendimento da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 12. Fica o Chefe do Poder Executivo Estadual autorizado a realizar as movimentações orçamentárias e financeiras que se fizerem necessárias em razão da aplicação desta Lei.

Art. 13. Ficam revogadas a Lei Complementar nº 51, de 18 de janeiro de 1990, o art. 52 da Lei Complementar nº 26, de 30 de dezembro de 1985 e o inciso XVI do art. 3º da Lei nº 14.234, de 26 de novembro de 2003.

Art. 14. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

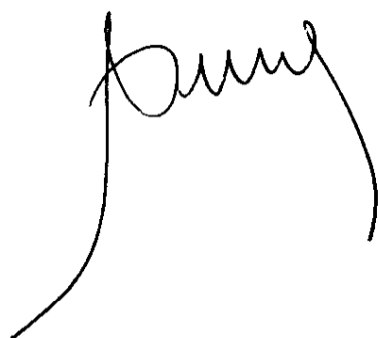
Sala das Comissões, 01 de outubro de 2013.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator





PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

~~ANEXO~~ PROJETO DE LEI

327/13

Súmula: Dispõe sobre o regime de concessão de serviço público de registro de contratos de financiamento de veículos com cláusula de alienação fiduciária, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º Fica o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR autorizado a celebrar contrato de concessão de prestação de serviço público de registro de contratos de financiamento de veículos com cláusula de alienação fiduciária, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor.

Art. 2º A concessão do serviço público de que trata o art. 1º desta Lei será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria, em observância aos princípios da legalidade, da moralidade, da publicidade, da igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo publicará, previamente, ato que regulamentará a outorga de concessão, especificando seu objeto, extensão física, prazo e diretrizes que deverão ser observadas no edital de licitação e no contrato.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 31 de julho de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº73 /2013

Curitiba, em 31 de julho de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 05 AGO. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.

Em, _____
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, com fulcro no art. 2º da Lei Federal nº 9.074/95, Anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre o regime de concessão de serviço público de registro de contratos de financiamento de veículos com cláusula de alienação fiduciária, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor.

Atualmente os serviços de registros de contratos de financiamento de veículos automotores (SIRCOF) e seus respectivos gravames (SNG) são realizados mediante convênios firmados entre o Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR e a Federação Nacional das Empresas de Seguro Privado e de Capitalização – FENASEG.

Insta destacar que a modalidade atualmente utilizada, inclusive por diversos estados da federação, qual seja, convênio, pode vir a dar ensejo a questionamentos perante o Tribunal de Contas do Estado.

Portanto, visando atender ao disposto na Constituição da Republica Federativa do Brasil (art. 21 c/c art. 175), no Código Civil (§ 2º, do art. 3º) e na Resolução COTRAN nº 320/09 (§2º do artigo 3º), faz-se necessária esta proposição.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.11.799.260-8



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

A solução para o Sistema Nacional de Gravame (SNG) depende de posicionamento e orientações do DENATRAN (banco de dados base nacional do RENAVAM), situação que afeta todos os DETRANs do país.

Ainda, o registro de contratos de financiamento é pautado pelo interesse público, pois visa manter atualizadas, nos bancos de dados dos órgãos estaduais de trânsito, todas as informações relativas à propriedade do veículo; sendo tal competência do órgão executivo de trânsito estadual – DETRAN.

Por todo exposto, encaminho a presente proposta que dispõe sobre o regime de concessão de serviço público de registro de contratos de financiamento de veículos com cláusula de alienação fiduciária, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 327/2013

Projeto de Lei nº. 327/13

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 73/13

Súmula: Dispõe sobre o regime de concessão de serviço público de registro de contratos de financiamento de veículos com cláusula de alienação fiduciária, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor.

EMENTA: DETRAN. SERVIÇO PÚBLICO DE REGISTRO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65 e 66 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. RESOLUÇÃO 320/2009 COTRAN. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo, através da mensagem nº 73/13, tem por objetivo dispor sobre o regime de concessão de serviço público de registro de contratos de financiamento, o qual será gerido pelo DETRAN - PR.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

VISTA EM 13/08/13

Dep. Tadeu Jeneri

CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



Verifica-se que o projeto em análise dispõe sobre a administração do serviço público de registro de contratos de financiamento de veículos com cláusula de alienação fiduciária, o qual será gerido pelo DETRAN/PR. Nesse sentido, importante a menção de que tal órgão é diretamente vinculado ao Poder Executivo, e, que, portanto, a iniciativa de propor projetos de lei desta natureza é privativa do Governador do Estado, conforme o artigo 66 da Constituição Estadual:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

Ademais, o presente projeto de lei visa atender as determinações da Resolução COTRAN nº 320/2009, adequando-se à normativa federal:

Art. 2º Os contratos de financiamento de veículos com cláusula de alienação fiduciária, de arrendamento mercantil, de compra e venda com reserva de domínio ou de penhor celebrados, por instrumento público ou privado, serão registrados no órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal em que for registrado e licenciado o veículo.

Art. 3º (...)

§ 2º Os órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal deverão implementar o registro dos contratos no prazo de 30 (trinta) dias da data de publicação desta Resolução, cabendo-lhes a supervisão e o controle de todo o processo de registro dos contratos de forma



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



privativa e intransferível, podendo sua execução ser contratada com terceiros na forma da Lei.

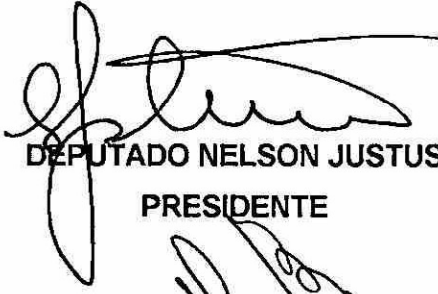
Faz-se imperioso frisar que o serviço público de que trata o projeto pode ter sua prestação inteiramente transferida para particulares pelo instituto da concessão, conforme disposto no art. 175 da Constituição Federal.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR



APROVADO


2068/13


Dep. Turiani


Dep. Loupion


Dep. Pastor


Dep. Scavone


Dep. Farias



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



APROVADO

À Diretoria Legislativa.

Em, 26 AGO, 2013

1º Secretário

REQUERIMENTO

Requer "Regime de Urgência" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 327/13, de autoria do Poder Executivo.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 327/13, oriundo da Mensagem Governamental nº 073/13.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 2013.

Deputado **Ademar Traiano**

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
DL. 278/13

Ademar

15115 26/08/2013 007310 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 327/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 073/13, que objetiva autorizar o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR a celebrar contrato de concessão de prestação de serviço público de registro de contratos de financiamento de veículos com cláusula de alienação fiduciária, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Ademar Traiano, que exarou o devido parecer favorável, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob os olhares desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto a sua iniciativa, nos arts. 65 e 66 da Constituição Estadual.

Vale ressaltar que a proposta objetiva atender ao que preceitua a Constituição da República Federativa do Brasil (art. 21 c/c art. 175), no Código Civil (§ 2º, do art. 3º) e ainda na Resolução COTRAN nº 320/2009.

[Assinaturas manuscritas]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Destaque-se ainda que, a modalidade usada atualmente, por outros estados da federação, pode vir a proporcionar questionamentos junto ao Tribunal de Contas do Estado.

CONCLUSÃO

Desta forma, não encontramos nada que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, 28/08/13

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI
RELATOR

[Assinaturas e rubricas]
DEP. AUGUSTO
DEP. GONÇALVES
DEP. DYHRER
DEP. AR. TOLSON



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turíni
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 327/2013

Projeto de Lei nº 327/2013 – Mensagem 073/2013
Autor: Poder Executivo

Súmula: Dispõe sobre o regime de concessão de serviço público de registro de contratos de financiamento de veículos com cláusula de alienação fiduciária, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 327/2013**, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre o regime de concessão de serviço público de registro de contratos de financiamento de veículos com cláusula de alienação fiduciária, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor.

Em justificativa apresentada em seu mérito, destaca-se a necessária priorização pela praticidade e o acesso às informações, sugerindo-se uma padronização no processo, para que futuramente não ocorram questionamentos perante o Tribunal de Contas do Estado.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 327/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, buscando cada vez mais a transparência em ações direcionadas ao Estado do Paraná. A ação condiz aos fatos de que atualmente os serviços de registros de contratos de financiamento de veículos automotores (SIRCOF) e seus respectivos gravames (SNG) são realizados mediante convênios firmados entre o departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR e a Federação Nacional das Empresas de Seguro Privado e de Capitalização – FENASEG. Ocorre que esta modalidade não atende os dispositivos encontrados na Constituição da República Federativa do Brasil, no Código Civil e até mesmo nos itens da Resolução 320/09 do COTRAN, a qual estabelece que os procedimentos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



específicos para o registro de contratos de financiamento de veículos devam dar clareza às ações e transparência ao Estado. O mérito volta-se para a importância desta padronização, delimitando a competência máxima ao DETRAN e priorizando o acesso às informações, com um banco de dados mais detalhando e eficaz, eliminando assim qualquer dúvida em relação ao interesse público já existente.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Vale a pena citar o trabalho relativo da União e os Estados para manter a ordem, o avanço e transparência nas ações, conforme cita o Artigo 175 da Constituição Federal em que além das obrigações normativas para a prestação de serviços públicos, é necessária uma preocupação direta com o direito dos usuários, se houver interesse público é sem sombra de dúvida prioridade executar uma ação.

Art. 175. Incumbe ao poder público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.
Parágrafo único. A lei disporá sobre:

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários; (...)

(Artigo 175º - Título VII Da Ordem Econômica e Financeira, Capítulo I Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica; Constituição da República Federativa do Brasil)

Lembrando que esta proposição em seu mérito já recebeu manifestação favorável da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, vindo de encontro a grandes benefícios trazidos para a população.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com a União em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhrer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente o direito dos usuários, a transparência pelas informações e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição ao vir de encontro ao interesse público e ao acesso de informações precisas, encontra fortes respaldos em seu mérito para ser apoiado por esta comissão.

IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que referida proposição só trará benefícios a todos e merece indiscutivelmente total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido **Projeto de Lei 327/2013**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 02 de setembro de 2013.

Teruo Kato
Elton Welter
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão
Jonas Guimarães
TERCÍLIO TURINI
Relator
Pastor Edson Praczyk
Adelino Ribeiro

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação - Contato Ramal 4364
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná - Praça Nossa Senhora da Salette S/N - 5º Andar



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Liderança da Oposição



Emenda de Plenário nº	01
DAP	10 SET 2013
Visto	<i>Handis</i>

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 327/2013

Súmula: Altera o artigo 2º do Projeto de Lei nº 327/2013.

O artigo 2º do Projeto de Lei nº 327/2013 passa a contar com a seguinte redação:

"Art. 2º. A concessão do serviço público de que trata o art. 1º desta Lei terá prazo máximo de duração de 2 (dois) anos, renovável por igual período e será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria, em observância aos princípios da legalidade, da moralidade, da publicidade, da igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório."

Sala das Sessões, 10 de setembro de 2013.

[Assinatura]
Elton Welter
Líder da Oposição

[Assinatura]
Enio Verri
Deputado Estadual

[Assinatura]
Luciana Rafagnin
Líder do PT

[Assinatura]
Péricles de Mello
Deputado Estadual

[Assinatura]
Prof. Lemos
Deputado Estadual

[Assinatura]
Tadeu Veneri
Deputado Estadual

[Assinatura]
Toninho Wandscheer
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Liderança da Oposição

DAP

Fls. 27

Emenda de Plenário nº	02
DAP	10 SET 2013
Visto	<i>Handis</i>

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 327/2013

Súmula: Acresce o parágrafo único ao artigo 3º do Projeto de Lei nº 327/2013.

Acresce o parágrafo único ao artigo 3º do Projeto de Lei nº 327/2013, com a seguinte redação:

"Parágrafo único: No edital de licitação de que trata o *caput* deste artigo, deverá constar a vedação de subcontratação da prestação total ou parcial do serviço público objeto da concessão."

Sala das Sessões, 10 de setembro de 2013.

[Assinatura]
Elton Welter
Líder da Oposição

[Assinatura]
Enio Verri
Deputado Estadual

[Assinatura]
Luciana Rafagnin
Líder do PT

[Assinatura]
Péricles de Mello
Deputado Estadual

[Assinatura]
Prof. Lemos
Deputado Estadual

[Assinatura]
Tadeu Veneri
Deputado Estadual

[Assinatura]
Toninho Wandscheer
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO 01 E 02 OFERECIDAS AO PROJETO DE LEI Nº 327/2013

Projeto de Lei nº 327/2013

Autora das emendas: Bancada do PT

**EMENTA: EMENDA 01. ARTS. 33, 137 E 141 DO
REGIMENTO INTERNO DA ALEP. LONGO
PRAZO COMO CARACTERÍSTICA EM
CONCESSÕES. ESTABELECIMENTO DE CURTO
PRAZO NA LEI. ILEGAL. PARECER PELA
REJEIÇÃO.**

**EMENDA 02. ARTS. 25 E 26 DA LEI FEDERAL
8.987/1995. SUBCONTRATAÇÃO PREVISTA
EM LEI FEDERAL. ILEGAL. PARECER PELA
REJEIÇÃO.**

RELATÓRIO

As emendas em análise, de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores, objetivam fazer alterações no Projeto de Lei 327/2013.

A emenda nº 01 modifica a redação do art. 2º da proposta, visando assegurar que a concessão do serviço público terá prazo máximo de duração de dois anos.

Já a emenda nº 02 inclui o parágrafo único ao art. 3º, onde se estabelece a vedação da subcontratação na prestação do serviço objeto da proposição.

VISTA EM 17/09/2013

Caio, Elton, Fernando Sc

CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo**



FUNDAMENTAÇÃO

I – Emenda de Plenário 01

A Emenda Modificativa de Plenário 01, de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores, visa alterar a redação do art. 2º do Projeto de Lei 327/2013.

Destarte, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da segunda discussão em plenário e apoiada por mais de cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, estabelece as diferentes formas de emendas, classificando como modificativa a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. Vejamos:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Para melhor compreensão da matéria, devemos recordar que o objeto da proposição é autorizar a concessão do serviço público de registro de contratos de financiamento de veículos com cláusula de alienação fiduciária, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor.

A professora Maria Sylvia Zanella di Pietro define concessão como o "contrato administrativo pelo qual a Administração confere ao particular a execução remunerada de serviço público ou de obra pública, ou lhe cede o uso de bem público, para que explore por



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



sua conta e risco, pelo prazo e nas condições regulamentares e contratuais¹.

A emenda tem como escopo determinar que o contrato de concessão tenha prazo máximo de dois anos.

Entretanto, em razão da natureza desses contratos, a doutrina demonstra que a fixação de prazos curtos não é compatível na modalidade de concessão de serviços públicos. Nessa linha de raciocínio, é a lição de Luiz Antonio Rolim:

Em face da peculiaridade de suas características, o prazo da concessão é bastante longo, podendo se estender por 50 ou mais anos. Esse longo prazo é necessário levando-se em conta os elevados investimentos que envolvem a implantação e a manutenção dos serviços concedidos e as obrigações econômico-financeiras que geralmente envolvem as atividades de uma concessionária.²

O Juiz Federal Substituto Anderson Barg também ressalta a importância do longo prazo em concessões de serviço público:

A estabilidade dos contratos de concessão de serviços públicos, especialmente pelo seu longo prazo de duração, constitui elemento essencial para a adequada prestação do serviço à coletividade. Assim é que a Constituição Federal e a Lei nº 8.987, de 13.02.1995, estabelecem a necessidade de observância do equilíbrio econômico-financeiro do contrato como garantia de continuidade da prestação do serviço³.

¹ Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 18ª edição. São Paulo: Atlas, 2005. p. 275.

² ROLIM, Luiz Antonio. **A administração direta, as concessionárias e permissionárias em juízo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. p. 237.

³ BARG, Anderson. **Contrato de concessão de serviços públicos, intervenção judicial e equilíbrio econômico-financeiro – a questão da assinatura básica de telefonia fixa**. Revista de Doutrina – TRF4.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



Diante do que foi acima demonstrado, a Emenda de Plenário nº 01 não merece prosperar, uma vez que o estabelecimento do prazo de dois anos não se coaduna com as características do contrato de concessão de serviço público. O prazo de dois anos é demasiadamente curto para esse tipo de contratação.

II – Emenda de Plenário 02

Assim como a Emenda de Plenário 01, a Emenda Aditiva nº 02 também foi apresentada na forma do art. 141, I do Regimento Interno.

O art. 137 do Regimento assim classifica as emendas aditivas:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra. (grifo nosso).

A emenda prevê a inclusão do parágrafo único ao art. 3º, dispondo que ficará vedada a subcontratação pela empresa vencedora do certame licitatório.

Em relação ao tema, imperioso observar as disposições da Lei Federal 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, a qual estabelece normas gerais sobre concessão:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



Art. 25. Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade.

§ 1º Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere este artigo, a concessionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados.

Art. 26. É admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.

Pela simples leitura dos dispositivos, constata-se que a Lei Federal 8.987, de 1995 permite a subcontratação.

Portanto, a emenda nº 02 não merece prosperar, tendo em vista que sua redação dispõe de maneira contrária ao estabelecido na norma geral (Lei Federal nº 8.987, de 1995). Não pode uma lei estadual proibir um ato jurídico que já é permitido por norma geral federal.

Ademais, o poder concedente no caso em análise é o Estado do Paraná, representado pelo Poder Executivo. Compete a este Poder todos e quaisquer atos jurídicos necessários para a efetivação do contrato. Diante disso, também é única e exclusiva a competência do Executivo para decidir a forma de contratação e a possibilidade ou não da subcontratação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



Por fim, o art. 87, III da Constituição Estadual não permite que membros do Poder Legislativo possam interferir, mesmo que em projetos de lei, na direção superior da administração estadual. Por conseguinte, mais uma vez, a emenda não pode ser aprovada.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **rejeição** das emendas em análise.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

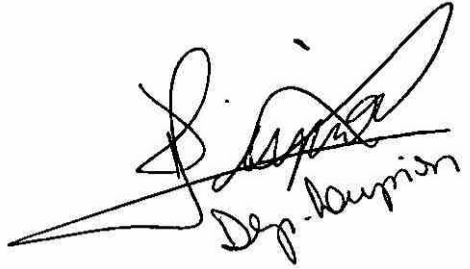

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR

Clba, 17/09/13


Dep. Scaramuzza


Dep. Leite


Dep. Cali


Dep. Mourão


Dep. Pastor


Dep. Piumi


Dep. Jussara P.

APROVADO

24/09/13


Dep. Curi



ANTEPROJETO DE LEI 397/13

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER, a efetuar a doação, ao Município de Salto do Lontra, do imóvel e benfeitorias que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER, a efetuar a doação, ao Município de Salto do Lontra, do imóvel constituído de uma Área de Terra com 3.136,05 m², referente ao Lote Urbano nº 1, da Quadra 3, do Patrimônio de Salto do Lontra, matriculado sob o nº 9.432, no Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Salto do Lontra, PR. Patrimônio 38.914 e das benfeitorias nele encravadas: a) Oficina mecânica em alvenaria com 130,62 m² – patrimônio 39695; b) Depósito de lubrificantes em alvenaria com 25,25 m² – patrimônio 39663; c) Posto de abastecimento em alvenaria com 9,22 m² – patrimônio 39672; d) Cantina em alvenaria com 25,50 m² – patrimônio 39678; e) Residência em alvenaria com 67,27 m² – patrimônio 39225; f) Residência em alvenaria com 67,27 m² – patrimônio 39683.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e de impenhorabilidade, será usado, exclusivamente, para serviço público municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 03 de setembro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº 087 /2013

Curitiba, 03 de setembro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

I - A DAD p, distribuir em expediente
II - A DL p, distribuição
03/09/2013
Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER, a efetuar a doação, ao Município de Salto do Lontra, do imóvel constituído de uma Área de Terra com 3.136,05 m², referente ao Lote Urbano nº 1, da Quadra 3, do Patrimônio de Salto do Lontra, matriculado sob o nº 9.432, no Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Salto do Lontra, PR. Patrimônio 38.914 e das benfeitorias nele encravadas: a) Oficina mecânica em alvenaria com 130,62 m² – patrimônio 39695; b) Depósito de lubrificantes em alvenaria com 25,25 m² – patrimônio 39663; c) Posto de abastecimento em alvenaria com 9,22 m² – patrimônio 39672; d) Cantina em alvenaria com 25,50 m² – patrimônio 39678; e) Residência em alvenaria com 67,27 m² – patrimônio 39225; f) Residência em alvenaria com 67,27 m² – patrimônio 39683.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público eis que o referido imóvel será usado, exclusivamente, para serviço público municipal.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com as cláusulas de inalienabilidade e de impenhorabilidade e que será usado exclusivamente para o fim previsto e que retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa da prevista.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 7.903.944-6.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 397/2013

Projeto de Lei nº 397/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 87/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER, a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Salto do Lontra.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 87/2013, visa efetuar a doação ao município de Salto do Lontra, do imóvel com área total de 3.136,05 m², composto pelo lote nº 1, da Quadra 3, conforme Matrícula nº 9432, do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Salto do Lontra, e todas as benfeitorias presentes no referido terreno.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente da cláusula de inalienabilidade, possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de Setembro de 2013.

Dep. Carl
Dep. Carl

Nelson Justus
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

Dep. Scavone
Dep. Scavone

Bernardo Ribas Carli
DEPUTADO BERNARDO RIBAS CARLI
RELATOR

Dep. Fadel
Dep. Fadel
APROVADO
10/09/13

Dep. Turim
Dep. Turim

Dep. Inácio
Dep. Inácio

Dep. Cur
Dep. Cur

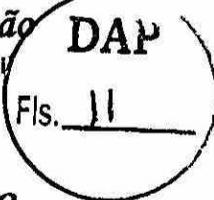
Dep. Laurion
Dep. Laurion

Dep. Pastor
Dep. Pastor



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini;
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 397/2013

Projeto de Lei nº 397/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 087/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER, a efetuar a doação, ao Município de Salto do Lontra, do imóvel e benfeitorias que especifica.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 397/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 087/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER, a efetuar a doação, ao Município de Salto do Lontra, do imóvel e benfeitorias que especifica, para fins de utilização da Administração Pública Municipal. O imóvel a ser doado contempla uma área de terra com 3.136,05 m², referente ao Lote Urbano nº 1, da Quadra 3, do Patrimônio de Salto do Lontra, matriculado sob o nº 9.432, no Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Salto do Lontra, PR, Patrimônio 38.914 e das benfeitorias nele encravadas.

II - RELATÓRIO

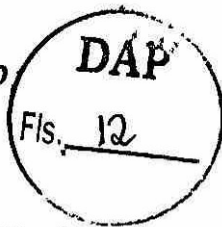
Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 397/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Salto do Lontra no Estado do Paraná, com a doação de benfeitorias e um imóvel destinado exclusivamente ao Serviço Público Municipal. A área a ser doada será utilizada especificamente para o desenvolvimento de atividades de prestação de serviço municipal, sendo que investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses dos moradores e preza por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpre a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 397/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 087/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:
I Existência de interesse público devidamente justificado;
(...)
(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum; *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.

DAF

Fls. 13

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 397/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população, restando assim grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Bernardo Ribas Carli, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Salto do Lontra, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 397/2013**, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 16 de setembro de 2013.*

Teruo Kato
Jonas Guimarães
Tercílio Turini
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão
ADELINO RIBEIRO
Relator
Elton Welter
Pastor Edson Praczyk



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Gilberto Martin



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 16 SET. 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 425/13

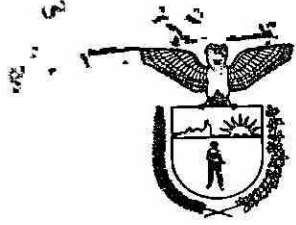
SÚMULA: Declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 2013.

GILBERTO MARTIN
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Gilberto Martin



JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Estudos em Saúde Pública Coletiva – INESCO, criada em 30 de novembro no ano de 1987, comemora dia 30 de novembro, 25 anos de trabalho, sempre voltado à área das políticas públicas de saúde e de educação.

É uma Instituição que tem como objetivo geral o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação, editoração, prestação de serviços, assessoria e consulta na área de saúde em seu conceito amplo, abrangendo áreas condicionantes e determinantes como educação, assistência social, alimentação, meio ambiente, saneamento, cultura, lazer e esporte.

Seguramente, a atuação do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva tem grande impacto na Saúde Coletiva do Paraná e até mesmo em nível Nacional.

Para o desenvolvimento de suas atividades, a INESCO firma convênios, contratos, termos de parceria e de cooperação com organizações públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras.

Sendo assim, peço o apoio dos nobres Parlamentares desta Casa de Leis para a aprovação do Projeto de Utilidade Pública.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 425/2013

Projeto de Lei nº. 425/2013
Autor: Deputado Gilberto Martin

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual o **INSTITUTO DE ESTUDOS EM SAÚDE COLETIVA**, com sede e foro no Município de Londrina.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Gilberto Martin, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **INSTITUTO DE ESTUDOS EM SAÚDE COLETIVA**, com sede e foro no Município de Londrina, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente.

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 24 de Setembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO TERCILIO TURINI
RELATOR





APROVADO

24/09/13